

## O conceito de governamentalidade em Michel Foucault

*Michel Foucault's concept of governmentality*

Lorena Silva Oliveira

Doutoranda / Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGF/IFCS

**RESUMO:** O presente artigo objetiva apresentar o conceito de governamentalidade no pensamento de Michel Foucault. Para tanto, percorre as reflexões empreendidas pelo filósofo desde as técnicas de governo das almas inventadas pela Igreja, com o poder pastoral, até o neoliberalismo no século XX, tendo como principal subsídio teórico seus cursos ministrados no Collège de France, que originaram as obras “*Segurança, Território, População*” (1977-1978) e “*Nascimento da Biopolítica*” (1978-1979). Em tais obras, o filósofo analisa as práticas governamentais, utilizando o conceito de *governamentalidade* para examinar a racionalidade política desenvolvida no Ocidente.

**PALAVRAS-CHAVE:** ARTES DE GOVERNAR; GOVERNAMENTALIDADE; RACIONALIDADE POLITICA; PODER; BIOPOLITICA.

**ABSTRACT:** The present article aims to present the concept of governmentality in Michel Foucault's thought. In order to do so, it goes through the philosopher's reflections from the techniques of government of the souls invented by the Church, with the pastoral power, until the neoliberalism in the XX century, having as main theoretical subsidy its courses given at the Collège de France, (1977-1978) and "Birth of Biopolitics" (1978-1979). In such works, the philosopher analyzes government practices, using the concept of governmentality to examine the political rationality developed in the West.

**KEYWORDS:** MATTERS OF GOVERNING; GOVERNMENTALITY; POLITICAL RATIONALITY; POWER; BIOPOLITICS.

### Introdução

Para adentrarmos ao estudo sobre a governamentalidade, buscaremos primeiramente apresentar como Michel Foucault define este conceito em sua obra “*Segurança, Território e População*”, para posteriormente podermos apresentar as causas que fundamentam esta conceituação. A saber, na aula do dia 01 de fevereiro de 1978, Foucault define governamentalidade como um,

---

<sup>1</sup> Este trabalho está depositado sobre os estudos e reflexões empreendidos pelo filósofo francês Michel Foucault durante os anos de 1977 a 1979, período no qual a análise sobre a noção de poder ganha um novo desdobramento e passa a ser pensada pela ótica da racionalidade política a partir da introdução do conceito de *governo*.

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [ e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Estas três definições apresentadas pelo filósofo, em sua quarta aula do ano de 1978, nos permite, para uma melhor compreensão, dizermos que a governamentalidade é um conceito gerado para explicar o processo que possibilitou o surgimento do Estado de governo com suas diversas práticas governamentais.

Sobretudo, governamentalidade é um conceito que denomina o regime de poder e as características de sua tecnologia que, após o século XVIII terá como alvo principal a população, a saber, a biopolítica. Entretanto, tal conceito apesar de estar interligado às técnicas de governo subjacentes à formação do Estado Moderno, irá no decorrer das obras foucaultianas referir-se também à maneira como foram conduzidas a conduta dos homens.

Por este fato, Foucault utilizará este conceito, como grade de análise para todas as relações de poder existentes. Para isso, ele partirá da gênese do conceito de governo, tendo em vista demonstrar-nos como chegamos a uma sociedade de governo dos homens.

Fazendo uma genealogia da formação da governamentalidade no Ocidente, Foucault realizou um grande retorno temporal para analisar o momento em que surge na história a noção de governo. Todavia, necessitamos delinear, de acordo com o filósofo, os diferentes significados do termo *governar* surgidos na história durante os séculos XIII, XIV e XV, para que possamos, posteriormente, compreendermos as diferentes concepções e formas de *governo* existentes na história após o século XVI.

### **Origem da noção de governo: das almas ao político.**

Compreendendo que a governamentalidade é um conceito que busca explicar o processo que possibilitou o surgimento do Estado de governo, Foucault buscará compreender, primeiramente, como a sociedade chegou à noção de governos dos homens e quais foram as transformações que essa noção sofreu no decorrer da história. Para isso, investiga as principais definições do termo governar e, em sua análise, evidencia que tal termo possuiu uma variedade de sentidos, os quais brevemente apresentamos.

Governar, primeiramente, possui um sentido espacial e refere ao ato de seguir um caminho ou fazer seguir um caminho. Possui também um sentido material de sustentar ou proporcionar subsistência. Ademais, tem significado moral, uma vez que pode significar o ato de “conduzir alguém”, seja no sentido espiritual de condução das almas, quanto no sentido clássico de impor um regime. O termo pode referir-se também a uma relação entre pessoas, no sentido de controlar, conversar com alguém, mandar ou chefiar alguém. Por fim, este conceito pode designar uma relação verbal, no sentido de falar, dirigir a conversa.

Perante essa variedade de significados do termo governar, Foucault considera que dentre todos estes significados, pode-se concluir que governar entre os séculos XIII e XV, não estava relacionado ao governo de um Estado. Todos os significados do termo governar remetiam ao governo de indivíduos. Salienta o autor:

Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território ou uma estrutura política. Quem é governado são sempre

peçoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. Quando se fala da cidade que se governa, que se governa com base nos tecidos, quer dizer que as peçoas tiram sua subsistência, seu alimento, seus recursos, sua riqueza dos tecidos. Não é, portanto, a cidade como estrutura política, mas as peçoas, indivíduos ou coletividade. Os homens é que são governados (FOUCAULT, 2008, p.164).

Visto, portanto, que governar durante este período está relacionado ao governo dos homens, Foucault inicia uma investigação em busca da gênese da ideia de governar conferida ao governo dos homens. Para isso, nesta investigação, o filósofo francês deslocar-se-á para muito longe no tempo, lançando as raízes de sua investigação na formação e no funcionamento da arcaica noção de poder pastoral.

Isto se dá, pela seguinte causa: para o autor deve-se buscar a origem desta ideia (governo dos homens), no Oriente pré-cristão e Oriente cristão, pois nunca, dirá Foucault, “entre os gregos, vocês encontrarão a ideia de que os deuses conduzem os homens como um pastor pode conduzir seu rebanho” (FOUCAULT, 2008, p. 168).

Prado Filho (2006), ao analisar este deslocamento realizado por Foucault, ao ir buscar no poder pastoral a origem da noção de governo dos homens, nos apresenta os principais aspectos encontrados pelo autor. Vejamos:

- O pastor exerce seu poder mais sobre um rebanho do que sobre um território- não é a terra, mas a relação entre pastor e seu rebanho que importa;
- O pastor reúne e guia seu rebanho- este forma-se pela presença e ação do pastor que agrupa indivíduos dispersos. Basta que desapareça o pastor para que o rebanho se desmembre;
- O principal trabalho do pastor diz respeito a garantir a salvação do seu rebanho, mas esta não se dá em massa e sim, de forma individualizada- trata-se assim, de um poder constante e individualmente bondoso, que coloca metas para o rebanho e para cada um;

---

2 O filósofo salienta que não visualizamos tais características na cultura greco-romana. Contudo, afirma que na literatura grega a figura do pastor se assemelha a de um chefe político, um pastor dos homens, porém com uma conotação política.

-O poder pastoral é exercido como um dever- uma bondade próxima da abnegação- “o pastor vela pelo sono de suas ovelhas”. A questão da vigília é fundamental: além de trabalhar pela sobrevivência e segurança dos protegidos o pastor vigia a todos sem perder ninguém de vista. Ele deve conhecer o rebanho em seu conjunto e nos seus detalhes, percebendo as necessidades de cada um- trata-se, portanto, de um poder que envolve atenção e conhecimento individual de cada membro do rebanho (PRADO FILHO, 2006, p. 32).

Essas características do poder pastoral<sup>3</sup>, acima apresentadas, demonstra-nos um tipo de poder sobre os homens, um modelo, uma matriz de procedimentos de governo dos homens, que na visão foucaultiana constituiu a gênese da noção de governo dos homens e o pano de fundo, das posteriores formas de governar que existiram na história do ocidente.

Dentre suas características, a fundamental desta tecnologia de poder, reside na busca de dar conta do todo (rebanho) e de cada um (ovelhas) ao mesmo tempo. Esta característica, como as supracitadas, é vista por Foucault, como aspectos que apesar de tratados nos textos hebraicos, serão apropriadas no cristianismo, na Idade Média e na moderna tecnologia de governo.

Quando apropriado pelo cristianismo, o poder pastoral sofre reformulações no âmbito da noção de obediência, responsabilidade e conhecimento, que são os pilares desta tecnologia de poder. Ademais, ao conceber a prática do poder pastoral, ele irá se distinguir deste por transformá-lo em doutrina e posteriormente em prática política. Deste modo, o pastorado cristão aperfeiçoou as antigas concepções do pastorado e teve seu auge com um acontecimento único na história do Ocidente. O pastorado, dirá Foucault, como

[...] uma religião, uma comunidade religiosa se constituiu como Igreja, isto é, como uma instituição

---

<sup>3</sup> Devido à característica deste trabalho, não iremos abordar a temática do poder pastoral em todas as suas singularidades. Expomos as principais características, de modo que possamos compreender as origens apontadas por Foucault das artes de governar. Para mais informações acerca do poder pastoral, consultar a obra “*Segurança, Território e População*” (1977-1978), aulas dos dias 8, 15 e 22 de fevereiro de 1978.

que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de levá-los a vida eterna no outro mundo, e isso na escala não apenas de um grupo definido, não apenas de uma cidade ou de um Estado, mas de toda a humanidade (FOUCAULT, 2008, p.196).

Com a institucionalização de uma religião como Igreja, Foucault acredita surgir com o pastorado cristão um dispositivo de poder que desde os séculos II, III depois de Cristo até o século XVIII não parou de se desenvolver. Na adaptação cristã, caberá ao pastor cuidar de cada uma de suas ovelhas em todos os âmbitos da sua vida. Ou seja, é com o pastorado cristão que o pastor se incumbirá das ações, pensamentos, méritos e deméritos de seus membros. Ele deve estar informado de tudo o que acontece com os seus. Não somente ser responsável, mas de fato ser e estar atento aos mínimos detalhes.

Quanto à obediência, o cristianismo a tornará uma virtude. Ao contrário do pastorado hebreu em que o rebanho obedece e se submete a vontade e a lei do pastor, na vida cristã a submissão será individualizada. Cada membro é submisso e dependente do seu pastor, não somente o rebanho. O foco está na submissão individual para além da coletiva.

Toda essa submissão e cuidado individualizado que o pastorado cristão exerceu foi em busca de conhecimento profundo entre o pastor e sua ovelha. Para isso, o pastorado cristão utilizou-se de instrumentos que foram denominados como: exame e direção da consciência. Com tais instrumentos, o pastorado cristão passou a conhecer as necessidades dos membros e de todo o rebanho, conhecendo, portanto, suas fraquezas, intenções, ou seja, o que está no íntimo e na alma.

Tais instrumentos foi o que possibilitou o pastorado cristão conduzir/governar as almas. E, o governo das almas só foi possível devido à intervenção permanente e continuamente no modo de ser e estar de seus membros. Como salientamos, anteriormente, esta tecnologia de poder foi o pano de fundo das formas de governo dos Ocidentais, segundo Foucault. A saber, a tecnologia de poder pastoral foi utilizada pelo soberano<sup>4</sup> no período monárquico, de modo que,

---

<sup>4</sup> Sobre as características de uma forma de governar pastoralmente conferir a aula do dia 8 de março de 1978, páginas 312 - 316 da obra "*Segurança, Território e População*".

para o filósofo, o “soberano na medida em que governa, não faz nada mais do que reproduzir certo modelo” (FOUCAULT, 2008, p 312).

No entanto, após um longo período de afirmação e implantação das técnicas e procedimentos que lhe valeram tanto poder, o poder soberano, baseado no pastorado cristão, viu-se envolvido no pior momento de sua história. Entre os séculos XV e XVI, após diversas manifestações de insatisfação (Reforma e Contrarreforma), os indivíduos buscaram novos modos de direção espiritual como também novas formas de governo que respondessem satisfatoriamente à questão: como governar?

A soberania foi chamada a se lastrear com uma coisa específica, que não está contida diretamente nela, que obedece a outro modelo e a outro tipo de racionalidade. Esta coisa a mais é o governo, o governo que deve buscar sua razão. Por este fato, entre os séculos XVI e XVIII a questão sobre como se conduzir, torna-se uma questão pública e, por sua vez, será a questão dominante no século XVI.

Contudo, deve-se considerar que os questionamentos sobre a maneira de governar, certamente estão atrelados ao nascimento de novas formas de relações econômicas e sociais, como de novas estruturas políticas que estavam emergindo. Mas, Foucault alega-nos que, deste modo de funcionamento do poder pastoral, ainda não nos libertamos. Esta tecnologia de poder foi considerada “a ciência por excelência, a arte das artes, o saber de todos os saberes, durante muitos séculos, até o nascimento das ‘artes (laicas) de governar’ no século XVI” (PRADO FILHO, 2006, p. 35).

Somente a partir deste século que iremos, com uma nova “*arte de governar*” transpassar de um governo das almas para um governo político. Portanto, para que possamos compreender como se iniciou a governamentalização do Estado é importante que saibamos que a noção de governo dos homens, surgiu no Oriente com os hebreus e que apesar de sofrer mutações com o pastorado cristão, ele é considerado por Foucault, a fonte de inspiração do modelo político do Ocidente.

Neste ínterim, objetivamos com esta breve exposição sobre o conceito de governar, demonstrar com o poder pastoral e suas características a gênese da noção de governo dos homens. Para mais, buscaremos agora delinear como após esta tecnologia de poder pastoral, iniciou-se o processo de governamentalização do Estado no

século XVI, com uma nova *arte de governar* que tornou as práticas governamentais do Ocidente racionalizadas.

### **A razão de estado: o início da governamentalidade**

Com o século XVI entramos na era das condutas, na era das direções e na era dos governos. Com o declínio do poder pastoral (1580-1660) emerge, na sociedade ocidental, a busca por uma especificidade do nível e da forma do governo. Dado este fato, eclodiu neste século, até o fim do século XVIII, tratados de ciência política que se apresentaram como *artes de governar*, tendo em vista definir o que é governar e qual a melhor maneira de governar. Em suma, buscou-se responder nestas literaturas, o que é uma *arte de governar*? E de acordo com que racionalidade o soberano deveria governar.

Inicia-se neste período a necessidade de o governo buscar sua razão, ou seja, sua razão de Estado. Contudo, antes de apresentarmos o que seria esta razão de Estado, consideramos importante relevar, o que as literaturas deste período, passaram a definir por governo, para que possamos compreender o que sustentou o nascimento de uma governamentalidade, ou seja, de um modo de governar os homens, em sua multiplicidade (população), segundo uma razão, princípios, táticas, cálculos e saberes específicos.

Parte dos tratados de ciência política, deste período, buscaram demonstrar, de antemão, que a *arte de governar* não consistia em desenvolver habilidades, tendo em vista, conservar o principado, como defendia Maquiavel. Amparado em La Perrière, Foucault nos mostra uma nova concepção de governar que emerge neste século.

Para La Perrière, a *arte de governar* consistia em governar uma casa, governar almas, governar crianças, governar uma província, governar uma família, demonstrando do ponto de vista político que as artes de governar são múltiplas e que “há, portanto, muitos governos em relação aos quais, o do príncipe que governa seu Estado, não é mais que uma das modalidades” (FOUCAULT, 2008, p. 124). Quanto ao *governo*, este o concebia como a correta disposição das coisas.

Mas, o que poderemos compreender por coisas? Devemos considerar por “coisas” que são governáveis, os homens em suas diversas relações, ou seja, com suas qualidades, costumes, maneiras de pensar, com suas doenças, mortes, fomes, dentre outras coisas. São

---



os homens nas suas relações que se governa, não somente um território, como anteriormente se considerava. Sendo assim, a propriedade e o território passaram a serem vistos somente como elementos variáveis.

François La Mothe Le Vayer, outro literato, também contribuiu, neste período, buscando evidenciar que há três tipos de governo que estão relacionados a ciências específicas, a saber: o governo de si mesmo, relacionado à moral, a *arte de governar* uma família, que pertence à economia e a “ciência de bem governar” o Estado, que pertence à política.

A análise empreendida pelos autores supracitados, dentre outros literatos deste período, irá demonstrar que dentre estas formas de governo, a forma de governo considerada mais importante, neste contexto, foi a *arte de governar* uma família, a “economia familiar”, uma vez que, considerava-se que um Estado era bem governado quando os pais de família bem governavam suas famílias e riquezas. E considerava capaz de governar um Estado quem sabia governar a si mesmo e sua família com pleno êxito.

Por este fato, conforme as literaturas analisadas, a *arte de governar* será considerada “precisamente, a arte de exercer o poder na forma e segundo o modelo da economia”<sup>5</sup> (FOUCAULT, 2008, p. 127). Será a busca de implementar a economia familiar, o modelo de gestão de uma família, na gestão do Estado em relação aos habitantes, as riquezas e à conduta dos indivíduos que se compreenderá por *arte de governar* até o século XVIII. Surge, por assim ser, uma nova racionalidade governamental que será denominada razão de Estado.

Contudo, para compreender o que seria, precisamente, a razão de Estado, vamos como Foucault, apresentar o sentido de cada termo para facilitar nosso entendimento. A saber, por razão devemos compreender “a essência inteira de uma coisa, é o que constitui a reunião de todas suas partes, é o vínculo necessário entre os diferentes elementos que o constituem” (FOUCAULT, 2008, p. 342).

Quanto ao conceito de Estado, Foucault nos apresenta quatro definições. Podemos compreendê-lo como: domínio;

---

5 Foucault evidencia a importância do conceito de economia na sua aula do dia 01 de fevereiro de 1978. Segundo ele, a “palavra economia designava uma forma de governo no século XVI, e no século XVIII designará um nível de realidade, um campo de intervenção para o governo através de uma série de processos complexos e, creio, absolutamente capitais para nossa história.”(FOUCAULT, 2008, p. 127)

instituição ou um conjunto de instituições; condição de vida e por fim, podemos entendê-lo como a qualidade de uma coisa, o que faz que a coisa seja o que é. Dada às definições das partes, apresentaremos a definição de Palazzo sobre a razão de Estado. Este sugere duas definições.

Define razão de Estado como “o que é necessário e suficiente para que a república, nos quatros sentidos da palavra ‘estado’, conserve exatamente sua integridade”, como também a compreende como “uma regra ou uma arte[...] que nos dá a conhecer os meios para obter a integridade, a tranquilidade ou a paz da república” (FOUCAULT, 2008, p. 343). Para Santos, a razão de Estado é uma

[..]nova concepção de *arte de governar* proposta pelos políticos, que rompe com o modelo cosmo-teológico medieval e renascentista para propor o estabelecimento de princípios racionais e formas de cálculos específicos de um novo modo de governo (SANTOS, 2010, p.132).

Ela, não possui nenhuma referência a uma ordem divina, mas está articulada em torno da relação essência-saber. É uma arte que visa o conhecimento e a prática governamental, mas, apesar de tudo isso, é uma *arte de governar* que não transforma completamente o Estado, todavia aperfeiçoa certos traços e características que o constituem.

A razão de Estado tem como próprio fim o Estado. O que quer dizer que ela tem como objetivo fazer que o Estado se torne sólido, rico e forte, diante de tudo que pode destruí-lo. Para Foucault será, portanto, o Estado a ideia reguladora dessa nova racionalidade governamental chamada razão de Estado.

E será o saber, o conhecimento dos elementos que constitui a sociedade, que irão possibilitar a manutenção do Estado em sua força. Será o conhecimento dos diferentes dados, dimensões e fatores do poder do Estado, que irão possibilitar a manutenção do Estado para que ele não perca sua força e existência. Para isso, o saber estatístico é o que fornecerá ao Estado todo o conhecimento que ele necessita para bem governar.

Conquanto, Prado Filho (2006) ressalta que apesar de a razão de Estado ser uma nova racionalidade governamental positiva – que defendia que o Estado deve governar segundo sua própria razão, em busca de enriquecer e fortalecer o Estado – esta forma de racionalidade foi obstruída até o século XVIII, por motivos diversos, dentre eles, crises históricas que ocorreram neste período, como: as crises camponesas e urbanas, a guerra dos 30 anos; crises financeiras e dos meios de subsistência, sobretudo, devido a razões de ordem institucional e problematizações entre as famílias e o soberano.

Ainda assim, tivemos neste período, como mostra da primeira forma de racionalização do Estado com o objetivo de aumentar seu poder e riqueza<sup>6</sup>, o nascimento do *mercantilismo*, considerado por Foucault, mais que uma doutrina econômica, mas uma

[...] certa organização da produção e dos circuitos comerciais de acordo com o princípio de que, primeiro, o Estado deve se enriquecer pela acumulação monetária; segundo, deve se fortalecer pelo crescimento da população; terceiro deve estar e se manter num estado de coerência permanente com as potências estrangeiras” (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Mas, devido o mercantilismo ter como objetivo o soberano e instrumento as próprias ferramentas da soberania, o mesmo possuía uma arte refletida de governo em um terreno que o bloqueava. A vista desta conjuntura, podemos complementar que o que bloqueou esta *arte de governar* foi a forma abstrata e rígida da soberania. E como dissemos outrora, a economia familiar, que era o modelo de gestão neste período, tornou-se totalmente inconsistente, pois esta economia referia-se a um pequeno conjunto constituído pela família e a *arte de governar*, por mais que visava o enriquecimento do Estado, já esboçava um outro elemento em seu seio: a população. Porém, ainda reconhecida apenas como um conjunto de súditos.

---

6 Vale ressaltar que neste momento a questão de fundo do governo ainda era a riqueza do Estado, não a população. Segundo Foucault “a razão de Estado definiu de fato uma arte de governar em que a referencia à população estava implícita, mas, precisamente, ainda não havia entrado no prisma reflexivo” (FOUCAULT, 2008, p. 370).

E será este elemento (população) que possibilitará o desbloqueio, o desenvolvimento desta *arte de governar*. Ela irá aparecer na metade do século XVIII como objeto de governo, alvo de políticas, estratégias, táticas e campanhas. Caracterizando, o que Foucault conceituará como biopolítica.

Esta nova tecnologia de poder é centrada na gestão da vida dos indivíduos enquanto espécie, em sua multiplicidade, ou seja, em seu conjunto. Em sua obra a “*História da Sexualidade I: a vontade de saber*”, Foucault irá definir a *biopolítica* como o exercício do poder característicos das sociedades que atingiram o limiar da modernidade biológica. A *biopolítica* é compreendida, pelo filósofo, como uma economia de poder que faz a vida e seus mecanismos entrarem no domínio dos cálculos explícitos do Estado e faz do poder-saber um agente de transformação dessa vida.

Por ser assim, a *biopolítica*, cria uma nova relação de poder entre o Estado e os indivíduos, uma vez que a racionalidade política do Estado terá como elemento fundamental a vida. Caberá a ele promover e regular a vida dos homens mediante uma série de processos de intervenções e controle reguladores, para que a vida esteja sempre protegida.

Mas, neste trabalho, não objetivamos desenvolver o conceito de biopolítica. No entanto, salientamos que esta tecnologia, fruto do biopoder<sup>7</sup>, esta totalmente atrelada ao desenvolvimento da governamentalidade, uma vez que esta surge justamente devido a emergência desta tecnologia de poder que irá dispor de táticas e/ou técnicas e saberes específicos, para regular e bem gerir os homens, mas agora compreendidos enquanto espécie.

Isto posto, vejamos afinal, em que sentido a emergência do problema da população possibilitou o desbloqueio da *arte de*

---

7 Através de sua análise do poder, Foucault identifica que a partir do século XVII, a vida entra na história, no campo das técnicas políticas concomitantemente à expansão do capitalismo, o que para o autor é um dos maiores fenômenos do século XVIII. Não obstante, este poder sobre a vida, denominado por *biopoder*, se desenvolveu na história a partir de duas formas específicas, duas tecnologias que estão interligadas, contudo, não surgem ao mesmo tempo: a *tecnologia disciplinar*, que se dirige ao homem-corpo através de uma anátopia política e a *tecnologia de regulamentação* que se dirigira sobre a vida dos homens compreendido como espécie, que será objeto do governo, caracterizando-se como biopolítica das populações.

*governar*, segundo a razão de Estado. Na aula do dia 01 de fevereiro de 1978, Foucault nos informa que,

A perspectiva da população e a realidade dos fenômenos próprios da população vão possibilitar afastar definitivamente o modelo da família e recentrar essa noção de economia noutra coisa. De fato, essa estatística que havia funcionado no interior dos marcos administrativos e, portanto, do funcionamento da soberania, essa mesma estatística descobre e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doentes, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra igualmente que a população comporta efeitos próprios da sua agregação e que esses fenômenos são irreduzíveis aos da família: serão as grandes epidemias, as expansões epidêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra [também] que, por seus deslocamentos, por seus modos de agir, por sua atividade, a população tem efeitos econômicos específicos. A estatística, ao possibilitar a quantificação dos fenômenos próprios da população, faz aparecer sua especificidade irreduzível [ao] pequeno âmbito da família. Salvo certo número de temas residuais, que podem ser perfeitamente temas morais e religiosos, a família como modelo do governo vai desaparecer (FOUCAULT, 2008, p. 139).

Portanto, vemos que a população é a causa do desbloqueio da *arte de governar*, por conseguir eliminar o modelo da economia familiar das práticas do governo. Vemos também, que a estatística teve um papel fundamental neste processo, por ser ela que assegura o Estado quanto às características e necessidades específicas desta multiplicidade de indivíduos.

Deste modo, a estatística será um saber concreto e preciso que irá prover ao Estado saberes que o possibilitarão calcular como aumentar suas riquezas, forças e sua população que passará a ser o seu fim, o objeto do governo que o fará desenvolver táticas e governar de maneira racional e refletida.

Tendo a população como objeto do governo, a razão de Estado agora “livre”, ao buscar aumentar as riquezas e a força do

---

---

Estado, influenciada pela lógica mercantilistas – que pregava que o acúmulo de riquezas e moedas resultaria na ampliação das forças do Estado, na esfera militar, econômica ou política – utilizar-se-á de um conjunto de tecnologias específicas, como a tecnologia diplomático-militar, para buscar manter um equilíbrio externo entre os demais Estados<sup>9</sup> e a tecnologia de Polícia para aumentar suas forças internas.

É importante ressaltarmos que a implantação de um sistema de segurança, que tinha como objetivo o estabelecimento de um equilíbrio de forças e poder entre os Estados europeus, fez-se necessário, uma vez que, a razão governamental compreendia que se o Estado fosse muito fraco, tornaria alvo de seus concorrentes. No entanto, se o Estado fosse demasiado forte constituir-se-ia em uma ameaça para a segurança dos outros Estados e dele mesmo. Deste modo, a racionalidade governamental do Estado para assegurar um equilíbrio das forças, que por sua vez é a condição de uma paz<sup>10</sup> duradoura entre os diferentes Estados da Europa, implantou o dispositivo diplomático-militar.

No que tange ao aumento das forças internas do Estado, a racionalidade governamental deste período, que objetiva cada vez mais governar, pois segundo a razão de Estado *nunca se governa demais*, instituirá a tecnologia de polícia para conseguir realizar o “desenvolvimento urbano, dos mercados e das atividades produtivas em formação neste momento de emergência das sociedades capitalistas burguesas” (PRADO FILHO, 2006, p.59). Portanto, a polícia<sup>11</sup> será o principal instrumento para se operar sobre o binário

---

8 A lógica mercantilista teve grande importância no contexto europeu entre os séculos XVI e XVII gerando rivalidades entre os vários Estados.

9 A análise da razão de Estado empreendida por Foucault assenta-se sobre o contexto histórico Europeu, por este fato, devemos considerar que neste período (século XVI e XVII) os Estados estavam em relação de concorrência uns com os outros e era necessário conceber um sistema que permitisse limitar a ambição de cada um, ao mesmo tempo em que lhe deixasse bastante liberdade, de modo que pudesse aumentar sua potência dentro de suas fronteiras, Conforme Santos(2010).

10 Foucault informa-nos que, para que o Estado garanta a paz relativa e o equilíbrio europeu, ele utilizar-se-á do dispositivo diplomático-militar, mas terá como instrumentos: a guerra, a diplomacia, o dispositivo militar permanente e o aparelho da formação para conseguir atingir seu objetivo. Maiores detalhes conferir a aula do dia 22 de março de 1978 localizada na obra “*Segurança, Território e População.*”

11 Neste contexto, devemos compreender que a polícia não tinha o formato de um corpo institucionalizado, nem de um mecanismo a parte existente no interior do Estado.

indivíduo-população. A ela cabe regulamentar as práticas e comportamentos em todos os níveis da vida social.

Nada a ela escapa. Através de regras e leis ela pode regulamentar as práticas e as relações da população vivente na cidade, desde minúcias do comportamento moral até preocupações com a higiene pública, a mortalidade, a alimentação, etc. Esta tecnologia, durante a história, possuiu diversas conceituações e Foucault, em sua análise sobre o conjunto tecnológico da razão de Estado, ao abordar sobre este conjunto (a polícia) oferta-nos um arcabouço conceitual, com suas transformações durante os séculos, referente ao conceito de polícia.

Contudo, ressaltamos que a partir do século XVII até o fim do século XVIII o conceito de polícia toma um sentido absolutamente diferente em relação aos séculos precedentes. Dentre as diferentes significações apresentados por Foucault, neste trabalho, apresentaremos apenas uma definição, que a nosso ver, possibilita termos noção da importância e do papel da polícia na sociedade até o século XVIII.

Através de uma compilação criada no século XVIII, por Delamare, que serviu de referência para os europeus, em especial os franceses e alemães sobre a prática da polícia, visualizamos os domínios de que a polícia devia se ocupar, conforme Foucault. Estes são:

[...] a religião, os costumes, a saúde e os meios de subsistência, a tranquilidade pública, o cuidado com os edifícios, as pragas e os caminhos, as ciências e as artes liberais, o comércio, as manufaturas e as artes mecânicas, os empregados domésticos e os operários, o teatro e os jogos, enfim o cuidado e a disciplina dos pobres, como parte considerável do bem público (FOUCAULT, 2008, p. 450).

A polícia dominará, na razão de Estado, todos os meios pelos quais a potência do Estado utiliza para crescer, aumentar suas forças internas, ao mesmo tempo em que garante a manutenção da ordem em seu interior. A polícia terá como objetivo “o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no

desenvolvimento das forças do Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 433). Em suma, a polícia como uma tecnologia da razão de Estado terá como fim, consolidar e aumentar a força do Estado, fazer bom uso das forças do Estado e proporcionar a felicidade dos súditos, controlando e regulamentando os homens em todas suas relações.

Com estes domínios apresentados por Delamare, retificamos que a polícia será durante o século XVII e XVIII a tecnologia que se ocupa do viver, mas do viver e melhor viver da população, sendo a condição de existência da urbanidade na sociedade ocidental. Por tudo isso, este período foi caracterizado como Estado de Polícia, que buscou de forma ilimitada aumentar as forças internas do Estado, utilizando como instrumento, os homens, o que eles fazem, suas atividades e ocupações.

Neste ínterim, vemos que a *arte de governar*, segundo a razão de Estado, traz ao cenário político dos séculos XVII e XVIII a concepção de que o Estado deve governar segundo sua própria racionalidade, tendo o Estado como fim em si mesmo que precisa aumentar suas potencialidades e forças, utilizando tecnologias precisas: o dispositivo diplomático militar e a tecnologia de polícia. Ademais, tal racionalidade terá, do lado econômico, o mercantilismo como lógica propulsora da busca pelo enriquecimento do Estado que promulgará a acumulação monetária e o crescimento da população (pois os indivíduos em sua multiplicidade são compreendidos como força produtiva).

Contudo, em meados do século XVIII, Foucault salienta que esta racionalidade governamental será alvo de diversas manifestações de insatisfação em relação a forma deste governar segundo uma razão de Estado. Técnicas de limitação desta *arte de governar* surgirão, sendo o Direito, que outrora foi objeto de expansão do poder no período medieval, um dos elementos limitadores desta lógica de governo. Segundo Foucault, neste período entramos na era de uma crítica interna da razão governamental, na qual

[...] a questão da crítica vai girar em torno de como não governar demais. Não é ao abuso da soberania que se vai objetar, é ao excesso de governo. E, é comparativamente ao excesso de governo, ou em todo caso à delimitação do que seria excessivo para um governo, que se vai medir a racionalidade da prática governamental (FOUCAULT, 2008, p.18).



Ademais, essa crítica foi uma crítica interna, pois se buscava uma regulação interna desta *arte de governar*. Por este fato, constatamos que o principal limitador da racionalidade governamental moderna foi o instrumento que o Estado se apoiava para bem governar: a *economia política*. Ela que possibilitou a autolimitação da razão governamental.

A economia política, a partir dessa época, vai exercer o papel de introdutora de um novo princípio: mostrará que o governo ilimitado do Estado não deve mais existir, pois o “governo nunca sabe o bastante que corre o risco de sempre governar demais, ou também: um governo nunca sabe direito como governar apenas o bastante” (FOUCAULT, 2008, p.24). Para mais, a economia política revelará a existência de uma naturalidade própria da prática de governo e tornará essa naturalidade objeto de estudo.

Logo, será na metade do século XVIII em diante, que surgirá um processo de autolimitação da razão governamental, que será considerado uma crítica a esta razão de Estado que buscava governar de forma ilimitada. Por conseguinte, é neste momento, conforme Foucault, que emerge um novo modelo de governamentalidade, que conhecemos por *liberalismo*, que defenderá que o Estado deve respeitar os processos naturais da prática de governo, inscrevendo também a liberdade como um elemento indispensável à própria governamentalidade.

Dado o surgimento do liberalismo, no fim do século XVIII, buscaremos analisar as principais características deste novo modelo de governamentalidade, que surge, concomitantemente, ao nascimento da biopolítica, demonstrando sua importância para a gestão dessa multiplicidade de indivíduos, denominada população, e as mudanças que efetivou na forma de governo da sociedade.

### **O liberalismo como uma governamentalidade**

Nesta nova racionalidade liberal de governo, as regulamentações colocadas em funcionamento pela tecnologia de polícia, na razão de Estado, foram questionadas pelo pensamento econômico formulado pelos fisiocratas. Para estes, todos os regulamentos impostos pelo Estado de polícia seriam desnecessários, uma vez que defendiam existir uma regulação natural do movimento e circulação das coisas e homens.

Tanto que, os teóricos do liberalismo, assim como os fisiocratas, foram os primeiros que buscaram determinar os limites da ação governamental em função das *leis naturais* que regem a vida dos indivíduos e populações. É neste sentido, que o liberalismo surge como uma crítica à razão de Estado, que buscou governar de forma ilimitada e totalizante. Esta *arte de governar* liberal é atravessada pelo princípio que *sempre se governa demais* o que a faz defender que a governamentalidade deve ser exercida sempre de forma crítica.

Segundo Foucault, esse modelo de governamentalidade introduziu na história das *artes de governar*, no fim do século XVIII, a indagação: por que é preciso governar? E tal indagação teve algumas sustentações. Foucault nos mostra que os primeiros pensadores do liberalismo econômico Adam Smith e Adam Ferguson, formularam críticas a respeito da *arte de governar* segundo a razão de Estado e estas críticas contribuíram, de modo eficaz, no processo de mudança sobre a concepção de quais seriam os objetivos e deveres de um Estado.

Dentre as críticas empreendidas pelos fisiocratas contra o Estado de polícia, Foucault apresenta-nos quatro. A primeira é a tese do pagamento de um bom preço, que através do exemplo dos cereais, para evitar a escassez alimentar, os economistas relevam o mercado como algo que possui leis naturais e é o lugar da verdade, que segundo as leis naturais chegam a um preço natural que será por nós conhecido como *bom preço*.

Por este motivo, a governamentalidade liberal criticará o intervencionismo do Estado no campo econômico e lançará a ideia de que o mercado deve ser o mecanismo de verificação para a ação política. Ou seja, as práticas governamentais devem ser vinculadas a um regime de verdade e esta verdade será dada pelo mercado econômico.

A segunda tese utilizada para criticar o Estado de polícia é a reivindicação de um preço justo. Para os fisiocratas o próprio jogo natural entre oferta e procura estabelece o valor justo que se deve pagar pelos cereais. Deste modo, a polícia que regulamentava o valor e limitava a circulação para evitar a escassez alimentar é veemente criticada pelos fisiocratas, vez que há no mercado, um curso natural que estabelece o preço justo de todas as coisas.

A terceira tese crítica dos fisiocratas refere-se à noção de população. Para os economistas, as técnicas governamentais não

---

devem buscar aumentar, demasiadamente, esta multiplicidade de indivíduos. Pelo fato que, não acreditam ser o aumento da população a condição para aumentar as riquezas, pois consideram que há um número desejável de pessoas para sustentar os preços e assegurar a economia. O contrário, tornariam os salários baixos e o mercado não sustentaria os preços, pois se baixaria o consumo.

Vale ressaltar que, nesta nova racionalidade governamental, haverá uma assunção da população, ou seja, é na racionalidade liberal de governo que a população torna-se uma “realidade muito mais densa, espessa, natural do que aquela série de súditos submetidos a intervenção da polícia e do soberano” (FOUCAULT, 2008, p. 473). Por este fato, Foucault analisa o liberalismo como grade de inteligibilidade da biopolítica para compreender como se deu a intervenção política sobre a vida dos homens, considerados enquanto espécie.

E como última tese crítica ao Estado de polícia, temos a evocação da liberdade de comércio entre países e indivíduos feita pelos fisiocratas. Estes defendiam ser o funcionamento do jogo de interesse e concorrência entre os Estados e entre os particulares que enriqueceriam o Estado e os indivíduos. Estas teses defendidas pelos economistas evocavam uma nova governamentalidade, que em suma, acredita que,

A felicidade do conjunto, a felicidade de todos e de tudo, vai depender de que? Não mais, justamente, da intervenção autoritária do Estado que vai regulamentar, sob a forma da polícia, o espaço, o território e a população. O bem de todos vai ser assegurado pelo comportamento de cada um, contando que o Estado, contando que o governo saiba deixar agir os mecanismos de interesse particular, que estarão assim, por fenômenos de acumulação e de regulação, servindo a todos (FOUCAULT, 2008, p. 466).

Sendo assim, podemos assimilar que esta nova razão de Estado, denominada liberalismo, buscou demonstrar a necessidade de uma limitação da governamentalidade estatal. O Estado deve *deixar fazer*, deve gerir e não mais regulamentar. Disso decorre que o Estado, na racionalidade liberal, não será a finalidade última das

atividades governamentais, mas passará a ser o regulador dos interesses particulares, segundo a lógica liberal, que por sua vez, se opõe termo a termo a governamentalidade que se estruturava no Estado de polícia.

Para mais, estes ideais liberais, no século XIX, será o pressuposto que orientará a governamentalidade liberal do Estado. Essa visão economista liberal alimentou a ideologia do *Estado mínimo*, que corresponde à mínima interferência possível do governo na vida econômica da sociedade, que encontra no mercado sua verificação de base e na utilidade sua jurisdição de fato.

Portanto, o liberalismo pode ser compreendido, antes de tudo, como “princípio e método de racionalização do exercício do governo- racionalização que obedece, e é essa a sua especificidade, à regra interna da economia máxima” (FOUCAULT, 2008, p. 432). Por assim ser, busca diminuir as intervenções, os regulamentos governamentais nos processos econômicos e distinguir o que deve ser ou não executado pelo governo em sua dimensão política.

Tendo como objetivo assegurar o complexo jogo de interesses particulares e garantir a liberdade suficiente, para que este jogo possa acontecer, essa racionalidade por ser consumidora de liberdade deverá produzir e organizar uma noção de liberdade, que partirá da segurança<sup>12</sup> como princípio de cálculo, pois ao assegurar a liberdade em prol dos interesses dos indivíduos, dever-se-á ter precisão sobre o quão perigoso pode ser esta liberdade individual sobre o interesse de todos os indivíduos.

Deste modo, quando esta *arte de governar* fabrica a liberdade, ela o faz a partir da noção de perigo, como nos diz Foucault,

[...] o liberalismo é uma *arte de governar* que manipula fundamentalmente os interesses, ele não pode- e é esse o reverso da medalha-, ele não pode manipular os interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos

---

<sup>12</sup> O panoptico de Betham será considerado o dispositivo conveniente desta arte liberal de governo.

possível expostos ao perigo (FOUCAULT, 2008, p. 90).

O que nos leva a concluir que esta racionalidade governamental não funciona sem uma cultura dos perigos cotidianos e uma maximização do exercício da liberdade. Como também tem a liberdade e a segurança em seu amago. Ademais, nesta *arte de governar a economia política*, enquanto uma fonte de saber que o Estado e seus governantes precisam para conseguirem bem governar, nesta nova governamentalidade liberal, exercerá um papel diferente. Não será sinônima de ciência do governo, mas reivindicará sua pureza teórica ao mesmo tempo o direito de ser levada em consideração por um governo que terá de modelar, por ela, suas decisões.

Cabe dizer, que ela será uma ciência relativa ao governo, pois a economia de mercado, que é o farol das ações do governo, é complexa e indefinível, uma vez que é mutável, logo “escapa a todo o conhecimento que se quer totalizante, a todo conhecimento que deseja se colocar como possuidor de uma visão geral e total” (SANTOS, 2010, p. 211). Por este fato, não é concebível para a racionalidade liberal um soberano econômico, pois ele não poderá agir por não possuir conhecimento total desta economia de mercado que é um sistema extremamente complexo, composto de uma infinidade de adaptações localizadas que é impossível de ser capturada por qualquer espírito, mesmo o mais esclarecido.

Deste modo, a *arte de governar* para os liberais, depende de um exercício constante de troca de conhecimento entre diversos campos, entre eles o campo econômico e o campo político, para que o governante possa bem governar, ou seja, possa ser eficiente e saber proporcionar aos indivíduos e à população, o máximo de *bem-estar social*.

Contudo, está governamentalidade, devido a crises ocorridas em seu seio desde o século XVIII ao início do século XX, viu-se diante do custo econômico que a produção das liberdades e seus mecanismos de controle compensatórios acarretaram. Além disto, viu-se neste período, século XX, diante de exemplos dos efeitos da presença excessiva do Estado, os regimes totalitários que estouraram durante o século XX, como o nazifacismo.

Tais eventos históricos acarretaram o surgimento do *neoliberalismo*<sup>13</sup>, que segundo Foucault, é uma nova feição do liberalismo, contudo o neoliberalismo busca saber como a economia de mercado pode servir de modelo e forma para o Estado. Assim, devemos compreender o neoliberalismo e seus métodos como uma nova programação da governamentalidade liberal, uma reorganização interna.

Dito isto, cabe-nos saber que a razão de Estado liberal assim como a antiga razão governamental do Estado de polícia, possuía um conjunto de tecnologias fundamentais: o *homo economicus*<sup>14</sup> e a sociedade civil, considerados dois novos personagens no cenário político-econômico, que se consolida entre os séculos XIX e XX.

Por *homo economicus* podemos compreender o *sujeito de interesse*. E este *homo economicus* surge como contraponto do *homo juridicus*, uma vez que este o *homo juridicus* questiona o soberano sobre os direitos a ele concedidos e relembra a todo instante que configura quebra de contrato se este tocar nos outros direitos que não lhe foram confiados. Todavia, o homem econômico é irredutível ao direito e não se contenta em demonstrar ao soberano que seu poder é limitado e que ele não poderá exercer seu poder sobre o mercado.

Foucault nos apresenta que o surgimento do homem econômico, em um território em que ele é também um sujeito de direito, obriga o soberano aplicar o princípio do *deixar fazer*, segundo os interesses do *homo economicus*, uma vez que a racionalidade governamental defende o *laissez-faire* e o poder, o governo não pode criar obstáculos ao jogo de interesses individuais.

Diante disto, a soberania necessitou buscar resolver o seguinte problema: como governar homens econômicos num espaço de soberania? E, é neste momento que surge no cenário político liberal

---

13 Sobre a ampla análise do surgimento do neoliberalismo, consultar a obra de Michel Foucault “*Nascimento da Biopolítica*” curso ministrado no Collège de France entre 1978 e 1979.

14 Foucault elabora uma vasta análise sobre o *homo economicus* em sua obra *Nascimento da Biopolítica*, contudo não nos deteremos as singularidades desta tecnologia da arte liberal de governar, neste trabalho. Para uma análise pormenorizada conferir as aulas do dia 14, 21, 28 de março e a aula de 04 de abril de 1979 da obra citada.

a necessidade de um campo que seja correlato ao Estado. Uma realidade nova onde se exercerá essa nova *arte de governar* liberal.

Essa nova realidade é a sociedade civil, um campo de referência que comportará o *homo economicus* que, segundo Foucault, é um sujeito de direitos e ao mesmo tempo um homem econômico que povoa o espaço da soberania, e por este fato, sua governamentalidade só pode ocorrer em um novo campo que seja correlato ao Estado.

Sendo assim, estes sujeitos que não podem ser governáveis no espaço da soberania, somente serão governáveis em um novo conjunto que os envolverão e unirão seus aspectos (direito-econômico), integrando-os a um conjunto complexo, que será a sociedade civil<sup>15</sup>. Por isso, Foucault definirá que a sociedade civil é uma “tecnologia de governo cuja medida racional deve indexar-se juridicamente a uma economia entendida como processo de produção e troca” (FOUCAULT, 2008, p.402).

Por fim, concluímos que o *homo economicus* e a sociedade civil, são tecnologias indissociáveis que caracterizaram esta governamentalidade liberal, uma vez que é no interior dessa sociedade civil que se recoloca esses homens econômicos para poder administrá-los, convenientemente, pois neste campo os interesses e vínculos econômicos são espontaneamente veiculados, por abrir um campo de relações sociais não jurídicas.

### **Considerações finais**

Anteriormente, salientamos que esta nova racionalidade governamental liberal, que surgiu no fim do século XVIII e sofreu mutações entre o século XIX e XX ressurgindo como neoliberalismo é, para Foucault, a grade de inteligibilidade da *biopolítica*, ou seja, do poder político sobre a vida; e por este fato, para podermos compreender o que foi a biopolítica, faz-se necessário compreendermos, primeiramente, como se deu este processo de governamentalização do Estado que culminou no surgimento dessa tecnologia de poder sobre a vida que hoje estamos e somos submetidos, o *biopoder*.

---

<sup>15</sup> Sobre a sociedade civil, nova tecnologia que surgira como espaço de referência da nova governamentalidade liberal, surgira várias conceituações. Conferir na obra *Nascimento da Biopolítica* a aula do dia 4 de abril de 1979.

Para nós, Foucault ao cunhar o conceito de governamentalidade e discorrer sobre o que o constitui, ou seja, as artes de governar com seus conjuntos de técnicas, táticas, saberes, dentre outros, nos possibilita compreender como nós, sujeitos, que foi o objeto de seus empreendimentos intelectuais, somos engendrados numa dimensão de *governo* que nos toma como indivíduos da espécie humana e nos transforma de sujeitos a cidadãos governáveis.

## REFERÊNCIAS

AYUB, J.P. *Introdução à analítica do poder de Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2014. 214p.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução: Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no collège de france (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PRADO FILHO, K. *Michel Foucault: uma história da governamentalidade*. Florianópolis/Rio de Janeiro. Insular/Achiame, 2006.

REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução: Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: claraluz, 2005. 96p.

SANTOS, R. E. d. *Genealogia da governamentalidade em Michel Foucault*. 2010. 242f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2010.



Recebido em: 20/06/2019

Aprovado em: 13/08/2019